

OS IMPACTOS DO ULTRALIBERALISMO DE BOLSONARO NAS POLÍTICAS DE HIV/AIDS NO BRASIL

RODRIGO PAIVA DA ROSA¹; MARI CRISTINA DE FREITAS FAGUNDES²

¹ Universidade Federal de Pelotas – rodrigopaivarosa@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – maricris.ff@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Ao compararmos a atualidade com o surgimento do HIV/AIDS no Brasil e no mundo durante a década de 80, são inegáveis os avanços nas políticas públicas de diagnóstico, prevenção e tratamento para o combate a essa epidemia. O Estado brasileiro por anos foi referência para o mundo nessa área. Como exemplo disso podemos citar a disponibilização de medicamentos antirretrovirais (ARVs) de maneira gratuita para todas as pessoas que necessitam desse tratamento desde 1996, através da lei 9.313/96 (BRASIL, 1996).

Com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, surge uma preocupação por parte do movimento social e dos especialistas da área com as políticas de HIV/AIDS. Aqui destaca-se que mesmo antes de sua posse, após anúncio para o comando do Ministério da Saúde, Luiz Henrique Mandetta manifesta em entrevista ao Jornal O Globo no dia 25 de novembro de 2018 que apresentava “ressalvas quanto à condução que o Brasil faz de ações contra o HIV” e que não acreditava “na efetividade das campanhas de prevenção e educação continuada em escolas ou unidades básicas de saúde”. Tais declarações eram o prenúncio do avanço de uma perspectiva conservadora do governo nas discussões em torno da pauta (O GLOBO, 2018).

Diante dessa contextualização, por meio deste resumo expandido, busca-se questionar quais os impactos do ultroliberalismo nas políticas públicas de HIV/AIDS no Brasil durante o Governo Bolsonaro (2018-2022)? Para tanto objetiva-se fazer essa análise a partir do resgate de conceitos como neoliberalismo, ou ultroliberalismo, analisando os impactos ideológicos ou mesmo concretos nas políticas de HIV/AIDS no referido período.

2. METODOLOGIA

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no âmbito da disciplina de Gestão de Políticas Públicas I, no curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Por meio da revisão bibliográfica (GIL, 2002), efetuou-se o resgate das discussões sobre neoliberalismo e seus impactos no Brasil. Visando delimitar o estudo, discutiu-se o ciclo de políticas públicas envolvendo HIV/AIDS, especialmente, no Governo Bolsonaro e quais os impactos causados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Além da revisão bibliográfica, analisou-se algumas matérias jornalísticas em portais de notícias online, tais como O Globo, Portal UOL, Agência de Notícias da AIDS e Carta Capital.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O neoliberalismo ou ultroliberalismo, trata-se de uma ideologia, não apenas na perspectiva econômica, mas também um sistema sociopolítico que afeta desde a subjetividade da sociedade até a materialidade vivida pela população, tendo em vista as consequências dos impactos na economia e no



sistema político. Assim sendo, tal ideologia afeta diretamente a realidade, uma vez que tem, conforme suas bases teóricas, o objetivo de ruptura com o modelo de promoção do Estado de bem-estar social. Nesse sentido Francisco Fonseca aponta:

[...] neoliberalismo, aqui tomado em sua versão radicalizada pró-mercado (daí o intitulamos como ultroliberalismo) é um sistema ideológico, sócio/político e econômico que influencia as mais diversas arenas da vida em sociedade: da subjetividade individual à organização econômica dos países e consequentemente o sistema político. Especificamente quanto ao Estado de Bem-Estar Social, suas premissas voltam-se ao combate à “sociedade fundada nos direitos igualitários”, uma vez que “individualismo”, “meritocracia” e “competição” são suas variáveis-chave (FONSECA, 2019, p. 126).

Ainda nesse sentido:

A norma de vida neoliberal é caracterizada pela lógica do mercado, caracterizada pelas dimensões da concorrência e da forma da empresa privada (Laval apud Andrade & Ota, 2015:50). Não se trata exatamente da mercadorização de tudo, pois o mercado mantém sua limitação e singularidade, mas da difusão do modelo de mercado para além do próprio mercado, reformando o Estado, as políticas públicas, as instituições, a gestão e as subjetividades (Dardot & Laval, 2009: 5; Brown, 2003: 50). Nesse sentido, a norma neoliberal é caracterizada por sua transversalidade, podendo ser encontrada em diferentes níveis e em diferentes esferas da vida, o que explicaria a promiscuidade adjetiva que o termo neoliberal adquire, mas sem perder de vista suas características distintivas (ANDRADE, 2018, p. 219).

A partir da compreensão desses conceitos basilares da proposta ultroliberal é que passamos a analisar como no governo Bolsonaro, tal doutrina afeta as subjetividades da percepção da população acerca das políticas públicas do HIV/AIDS no Brasil. Como já abordado na introdução deste trabalho, antes mesmo da posse do então eleito presidente em 2018, já se observava uma guinada conservadora e ultroliberal no discurso do bolsonarismo quando da abordagem do tema das políticas de HIV/AIDS no Brasil.

Com o governo já empossado ocorreram uma série de exonerações no Ministério da Saúde, especificamente de pessoas responsáveis pelo avanço de importantes políticas públicas de enfrentamento ao HIV. Destaca-se aqui a exoneração de Adele Schwartz Benzaken, até então diretora do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), do HIV e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, no último dia 11 de janeiro de 2019. Na ocasião a médica sanitarista aponta, em entrevista ao UOL no dia 18 do mesmo mês, que foi “considerada inadequada pela proposição de uma cartilha para homens trans acerca da prevenção de ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis)”. Sobre este episódio Mandetta, Ministro da Saúde da época, considerou que “o governo precisava voltar a estimular a prevenção do HIV, mas sem ofender as famílias” (UOL, 2019).

Damares Alves, então Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, lança sugestão da discussão sobre abstinência sexual nas escolas como proposição de política pública para o controle de natalidade e como método de prevenção para o HIV. Ao comentar tal proposta o então presidente Jair Bolsonaro manifesta em uma coletiva de imprensa, no dia 5 de fevereiro de 2020, que “uma pessoa com HIV, além de ser um problema sério para ela, é uma despesa para todos aqui no Brasil” (CARTA CAPITAL, 2020).

Tais declarações geraram uma resposta contundente do movimento social organizado de PVHIV, destaca-se uma campanha nacional com o levantamento da hashtag #EuNãoSouDespesa. Uma abordagem interessante que trata de tal episódio é trazida por Everton Silva Santos:

É importante destacarmos que é obrigação do Estado diagnosticar, tratar e dar todo o apoio social e psicológico às pessoas que têm a infecção, sem discriminá-las e/ou acusá-las de ser um gasto adicional ao governo. A Constituição Federal Brasileira de 1988 traz algumas considerações fundamentais a respeito da seguridade social, no âmbito da saúde [...] Neste sentido, o discurso de Bolsonaro é antagônico às premissas constitucionais, favorecendo, portanto, a perpetuação do estigma e discriminação diante das PVHIV, ao passo que prejudica os esforços exigidos no enfrentamento à epidemia do vírus (SANTOS, 2019, p. 364).

Mas para além do impacto subjetivo que o posicionamento do chefe do executivo causa nas pessoas que vivem com HIV, é importante percebermos qual o sentido ideológico por trás dessas declarações. Nesse sentido é que se traz aqui uma abordagem sobre o pano de fundo dessa declaração: o governo tinha por intuito implementar um modelo neoliberal de saúde no Brasil e atacar as políticas públicas do HIV e, consequentemente, destruir um pilar importante do SUS. Durante muito tempo o tratamento, diagnóstico e prevenção do HIV no Brasil foram referência mundial, e a história do HIV nos provou que quando há investimento, o serviço público é eficaz. O SUS nos mostrou isso e por isso foi tão atacado (ROSA, 2020).

Por fim traz-se aqui a denúncia de que vários setores da imprensa e do conjunto da sociedade civil, a exemplo da matéria lançada pelo UOL, em 07 de outubro de 2022, fizeram acerca dos cortes de 407 milhões nas políticas de HIV/AIDS trazida na proposta orçamentária apresentada pelo governo federal em 2022 para o exercício de 2023 onde se pretendia a concretude da política ultraliberal e do desmonte das políticas de prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV/AIDS no país, ao passo que tal proposta continuava a proteger o orçamento secreto (UOL, 2022).

Sendo assim observa-se que durante o governo de Bolsonaro as políticas de HIV/AIDS no Brasil estiveram sob constante ameaça ultraliberal, e tal ameaça se expressou tanto na perspectiva subjetiva de ataques às PVHIV contribuindo para o aumento do estigma a essas pessoas, como também nas ações concretas e coordenadas de enfraquecimento da máquina pública a partir desse importante pilar que já se provou eficiente quando ocorre o investimento público.

4. CONCLUSÕES

Neste resumo foram apresentados alguns dos impactos ultraliberais nas políticas de HIV/AIDS no Brasil durante o governo Bolsonaro. Para tanto, por meio da revisão bibliográfica e da análise de algumas matérias jornalísticas, resgatamos de maneira sucinta os fundamentos da doutrina ultraliberal, bem como as ações subjetivas e concretas do governo ao atacar tal política. Julga-se cada vez mais necessário os estudos acerca da problemática que se apresenta aqui, uma vez que ainda há muito a se debater na academia e no campo das políticas públicas os impactos desastrosos causados pelas experiências com governos ultraliberais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas Ciências Sociais. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 34, nº 1, 2019. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/se/a/RyfDLystcfKXNSPTLpsCnZp/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 15 de junho de 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.313/96**, de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9313.htm. Acesso em 28 jul. 2023.
- CARTA CAPITAL. “**Uma pessoa com HIV é uma despesa para todos aqui no Brasil**”, diz Bolsonaro. Disponível em:<https://www.cartacapital.com.br/politica/uma-pessoa-com-hiv-e-uma-despesa-par-a-todos-aqui-no-brasil-diz-bolsonaro/>. Acessado em: 29 jul. 2023.
- FONSECA, Francisco. Impactos do Neoliberalismo ao Estado de Bem-Estar e à Democracia: Uma Análise Conceitual e Empírica. **GIGAPP**, São Paulo, v. 6, n. 117, p.114-130, 2019. Disponível em:https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/141-texto_da_articulo-523-1-10-20190416.pdf. Acessado em: 29 de jul. 2023
- O GLOBO. **Desafio para novo governo, políticas de combate ao HIV preocupam especialistas**. Disponível em:<https://oglobo.globo.com/politica/desafio-para-novo-governo-politicas-de-combate-ao-hiv-preocupam-especialistas-23258763>. Acessado em: 28 jul. 2023.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas.
- ROSA, Rodrigo. Abstinência Sexual: política pública ou despesa? **Revista Movimento**, 2020. Disponível em:<https://movimentorevista.com.br/2020/02/abstinencia-sexual-politica-publica-ou-despesa/>. Acessado em: 29 jul. 2023.
- SANTOS, Everton da Silva. Necropolítica Bolsonarista e Discurso Autoritário: Considerações dos Impactos Causados às Pessoas que Vivem com HIV. **Revista Extraimprensa**, São Paulo, v. 15, n esp, p. 359-371, 2022. Disponível em:<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/193525/182523>. Acessado em: 20 de jul. 2020.
- UOL. **Fui considerada inadequada, diz médica de HIV demitida após cartilha trans**. Disponível em:<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/01/18/fui-considerada-inadequada-diz-medica-de-hiv-demitida-apos-cartilha-trans.htm#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%ADde%20informa,cartilha%20para%20os%20homens%20trans>. Acessado em: 29 jul. 2023.
- UOL. **Governo reduz verba para o tratamento de AIDS e protege orçamento secreto em 2023**. Disponível em:<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/07/governo-reduz-verba-para-tratamento-de-aids-e-protege-orcamento-secreto-em-2023.htm>. Acessado em: 31 jul. 2023.